Diário Oficial Eletrônico

Município de São José do Ouro/RS

Criado pela Lei Municipal nº 2456/2019 de 15.07.2019



DECRETO N.º 123/2022 DE 02 DE SETEMBRO DE 2022

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, NO VALOR DE R\$ 41.500,00 (QUARENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS).

ANTONIO JOSÉ BIANCHIN, Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal n.º 2579/2021, de 14.10.2021,

DECRETA:

Art. 1º Abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 41.500,00 (QUARENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS) em conformidade com as disposições do inciso X, do art. 18, da Lei Municipal n.º 2579/2021, de 14.10.2021, classificado na seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO:	05 – SEC	05 – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER				
UNIDADE:	03 – OU	03 – OUTROS GASTOS COM A EDUCAÇÃO				
ATIV/PROJ:	2040	2040 MANUT. PARQUES ESP E GINASIO DE ESPORTE				
RUBRICA:	3.3.90.30	0.00	MATERIAL DE CONSUMO	128	R\$	8.500,00
RUBRICA.	3.3.90.39.00		OUTROS SERV – PES JURÍDICA	ICA 139		8.000,00

ORGÃO:	11 – EN	11 – ENCARGOS GERAIS					
UNIDADE:	01 – EN	CARGO	S GERAIS				
ATIV/PROJ:	2014	MANU	T. DE DIVERSOS ENCARGOS				
RUBRICA:	3.3.90.39	9.00	OUTROS SERV – PES JURÍDICA		338	R\$	20.000,00

ORGÃO:	11 – EN	CARGO	OS GERAIS			
UNIDADE:	01 – EN	CARGO	OS GERAIS			
ATIV/PROJ:	2141	PAGA	MENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			
RUBRICA:	3.3.90.9	1.00	SETENÇAS JUDICIAIS	340	R\$	5.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para cobertura do valor que trata o artigo anterior, redução orçamentária na ordem de R\$ 41.500,00 (QUARENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS), na seguinte classificação:

ORGÃO:	04- SEC	04– SECRETARIA DA FAZENDA				
UNIDADE:	01 – SE0	CRETA	RIA DA FAZENDA			
ATIV/PROJ:	2013	MAN [DAS ATIV DA SECRETARIA DA FAZENDA			
RUBRICA:	3.3.90.30	0.00	MATERIAL DE CONSUMO	53	R\$	5.200,00

ORGÃO:	05 – SEC. MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E LAZER					
UNIDADE:	01 – M. D. E.					
ATIV/PROJ:	2172	2172 MAN. CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO				
DI IDDICA.	3.3.90.30	0.00	MATERIAL DE CONSUMO	85	R\$	2.900,00
RUBRICA:	3.3.90.39.00		OUTROS SERV TERC – PES JURÍDICA	97 K [‡] 1.		1.900,00

ORGÃO:	05 – SEC. MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E LAZER					
UNIDADE:	01 – M. D. E.					
ATIV/PROJ:	1095 AMPLIAÇÃO, CONST ESCOLA EDUC FUNDAMENTAL					
RUBRICA:	4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 100 R\$ 1.500,00					
ORGÃO:	05 – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER					
UNIDADE:	03 – OUTROS GASTOS COM A EDUCAÇÃO					
ATIV/PROJ:	1038 TRANSPORTE ENSINO TECNICO AGROPECUÁRIO					
RUBRICA:	3.3.50.41.00 CONTRIBUIÇÕES 122 R\$ 4.500,00					
ORGÃO:	05 – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER					
UNIDADE:	03 – OUTROS GASTOS COM A EDUCAÇÃO					
ATIV/PROJ:	1097 MAN DE OFICINAS DE TEATRO					
RUBRICA:	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 124 R\$ 500,00					
	,					
ORGÃO:	10 – SECRETARIA DE URBANISMO					
UNIDADE:	01 – SECRETARIA DE URBANISMO					
ATIV/PROJ:	2053 AMPLIAÇÃO E MANUT DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
RUBRICA:	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 306 R\$ 10.000,00					
	,					
ORGÃO:	10 – SECRETARIA DE URBANISMO					
UNIDADE:	01 – SECRETARIA DE URBANISMO					
ATIV/PROJ:	2140 MANT SECRETARIA MUN DE URBANISMO					
RUBRICA:	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 307 R\$ 5.000,00					
ORGÃO:	10 – SECRETARIA DE URBANISMO					
UNIDADE:	01 – SECRETARIA DE URBANISMO					
ATIV/PROJ:	2170 MANT AMPLIAÇÃO CEMÍTERIO MUNICIPAL					
RUBRICA:	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 311 R\$ 5.000,00					
KUBRICA:	3.3.90.39.00 OUTROS SEV TERC – PES JURÍDICA 321 1 5.000,00					

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO OURO – RS, 02 DE SETEMBRO DE 2022

> Antonio José Bianchin Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE EM 02 DE SETEMBRO DE 2022

Jose Valter Picoloto Secretário da Fazenda

PORTARIA N.º 413/2022 DE 02 DE SETEMBRO DE 2022

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS.

ANTONIO JOSÉ BIANCHIN, Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder em conformidade com as disposições do art. 31, da Lei Municipal nº 1123/95, de 04.04.1995, e dos arts. 94 a 102, da Lei Municipal 1601/2002, de 30.07.2002, férias a que tem direito os Servidores Municipais abaixo nominados:

SERVIDOR(ES)	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
Cinara Ribeiro Gelain	20.05.2021 a 19.05.2022	21.09.2022 a 30.09.2022
Deise Guero	10.12.2020 a 09.12.2021	21.09.2022 a 30.09.2022
Ilse Zappani Manfron	05.11.2020 a 04.11.2021	21.09.2022 a 30.09.2022
Marcelle Amanda Carniel	19.10.2020 a 18.10.2021	08.09.2022 a 17.09.2022
Micaeli Colombelli Bittencourt	16.12.2021 a 15.02.2022	08.09.2022 a 17.09.2022
Monica Rafaela Stanguerlin	04.03.2021 a 03.03.2022	26.09.2022 a 15.10.2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO OURO – RS, 02 DE SETEMBRO DE 2022

> Antonio José Bianchin Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE EM 02 DE SETEMBRO DE 2022

Zeferino Marcante Sec. Geral da Administração



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Resolução Nº 11, de 31 de agosto de 2022.

Estabelece critérios e prazos para a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social no Município de São José do Ouro.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no §1º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto Federal nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais;

Considerando a Resolução nº 212 de 19 de outubro de 2006, do CNAS —Conselho Nacional de Assistência Social, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social;

Considerando a Resolução nº 039 de 09 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

RESOLVE:

Art.1° APROVAR nos termos da Ata 03/2022 do CMAS, em Reunião Ordinária realizada em 09 de agosto de 2022, os critérios e prazos para a concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social no município de São José do Ouro/RS.

Art. 2º O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social de caráter suplementar e temporário, integrante do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Art. 3º Esta Resolução dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais como um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, em seu Art. 22, parágrafos 1º e 2º.

Art. 4º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

pi



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 5° Os benefícios, no âmbito do SUAS, devem atender aos seguintes princípios:

I - Integração a rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas.

Art. 6º São formas de benefícios eventuais:

I- auxílio-natalidade;

II – auxílio-funeral:

III – auxílio-alimentação; e

IV - auxílio em situações de calamidade pública;

Art. 5° A operacionalização dos benefícios eventuais deve ocorrer no âmbito do trabalho social com famílias, juntamente como serviços e programas. Serão concedidos mediante avaliação da Equipe Técnica de referência que atua nos Serviços de Proteção Social Básica e Especial ou outro Equipamento do SUAS.

Art. 7º O Benefício Eventual em razão de **Natalidade** atenderá os seguintes aspectos: I – Necessidades do nascituro ou recém-nascido;

Art. 8º O auxílio natalidade ocorrerá na forma de bens de consumo, organizados em um kit.

Art. 9° O Benefício prestado em virtude de **nascimento** deverá ser concedido à genitora ou ao pai ou aos avós maternos ou paternos do nascituro mediante apresentação da Certidão de Nascimento, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

Parágrafo único- O requerimento do benefício natalidade deve ser realizado até 30 (trinta) dias após o nascimento do nascituro mediante apresentação da Certidão de Nascimento.

Art. 10 O **Auxílio-funeral** visa garantir funeral digno, bem como o enfrentamento de vulnerabilidades que surgem ou se intensificam depois da morte do membro da família. Poderá atender despesas de urna; serviços funerários; translado do corpo e o velório. O Benefício Eventual concedido em virtude de morte constitui-se em uma prestação temporária, em pecúnia no valor de até 02 (dois) salários mínimos nacional, destinados a reduzir vulnerabilidade provocada por falecimento de membro da família.

12 mi



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

O prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica, **HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO**, dando-lhe publicidade através de publicação no Diário Oficial do Município de São José do Ouro (RS). 31 de agosto de 2022

Antônio José Bianchin

Prefeito Municipal